



PARECER DE CONTROLE INTERNO

Processo: 8.600/2017.

Assunto: Contratação por Inexigibilidade de Licitação – Serviços Técnicos Especializados – Assessoria e Consultoria jurídica – Inviabilidade objetiva da competição.

1. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 243-A de 14 de abril de 2005, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

2. Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, para manifestação, o **Processo nº 8.600/2017**, referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018**, tendo como objeto a **Contratação de serviços técnicos especializados na área jurídica em atendimento de demandas contenciosas em trâmite junto à Comarca de Jacareacanga/PA para realizar o patrocínio das causas judiciais nesta comarca para suprir as necessidades dos órgãos da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA.**

3. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório, no entanto, a própria Carta Magna ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem necessidade de tal procedimento, conforme de depreende o Inciso XXI do Art. 37.

4. Desta feita a Lei Federal nº 8.666/93 excepciona, em seus artigos 24 e 25, a regra de prévia licitação, ora em razão de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, mas pela particularidade do caso, o interesse público a reputaria inconveniente, como é o caso da dispensa, ora quando houver inviabilidade de competição como o previsto, em arrolamento exaustivo, no Art. 25, da Lei Federal 8.666/93, que trata da inexigibilidade de licitação.

5. Do Processo de **Inexigibilidade de Licitação Nº001/2018** foram gerados os seguintes contratos: nº001/2018, 010/2018, 011/2018 e 012/2018, das secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, respectivamente. Após a análise dos mesmos detectou-se que as



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Setor de Controle Interno
CNPJ: 10.221.745/0001-34

condições de habilitação foram atendidas, o preço ofertado encontra-se justificado nos autos, verificou-se, ainda, que a Administração Municipal observou as regras e procedimentos a que é imposta.

6. Ante o exposto, este Setor de Controle Interno declara que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

É o Parecer.

Jacareacanga/PA, 05 de janeiro de 2018.

Adm. Elton Santus de Vasconcelos
Chefe de Controle Interno
Portaria 062/2014 PMJ-GP